

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR - GRADUAÇÃO

DIREITO

Data: 28 de agosto de 2022

Turno: Tarde

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- Ao receber este caderno de prova, verifique se ele possui 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha. Em caso de prova incompleta ou com falhas de impressão que impossibilitem a leitura, solicite a substituição imediatamente ao fiscal.
- Para cada questão existe apenas uma resposta correta.
- A resposta deve ser assinalada no cartão-resposta, único documento utilizado para correção das provas e aferição dos resultados. Leia atentamente as orientações de preenchimento nele constantes. Antes de iniciar o preenchimento, confira os dados impressos no Cartão-resposta e, em caso de erro, informe ao fiscal de prova.
- A marcação de mais de uma alternativa no cartão-resposta implicará na anulação da questão.
- A prova terá duração de 03 (três) horas. Na duração da prova está incluído o tempo destinado ao preenchimento do cartão-resposta e informes do fiscal de sala ou coordenador do processo seletivo.
- Ao terminar a prova, entregue o Caderno de Provas e o Cartão-resposta ao Fiscal de Sala.

IMPORTANTE – O descumprimento dessas orientações ou desobediência a qualquer uma das determinações constantes em Edital implicará na exclusão do candidato.

GRUPO I - CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 1



Armandinho, Disponível em: http://partesdwsign.com.br/ms/abril_2013/.

Nos quadrinhos dois e três há a presença de vírgulas. Segundo suas funções sintático-semânticas, sua função indica:

- a) separação dos elementos da mesma função sintática e separação do vocativo.
- b) separação dos elementos da mesma função sintática e separação do aposto.
- c) separação das orações subordinadas explicativas e separação do aposto.
- d) separação das orações subordinadas explicativas e separação do vocativo.
- e) separação do vocativo e separação das orações subordinadas explicativas.

QUESTÃO 2

A relação estabelecida entre sujeito e verbo é chamada de concordância verbal. Em outras palavras, significa flexionar o verbo para concordar com o sujeito. Nesse contexto, assinale as alternativas corretas de acordo com as regras da gramática normativa:

I - Havia mil e duzentas pessoas na fila de espera.

II - Fazem quinze dias que ele não aparece no trabalho.

III - Há muita pessoas nessa sala.

IV - A multidão acabaram com o estoque da loja.

V - Alugam-se imóveis próximo do centro da cidade.

- a) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- b) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- d) Apenas os itens I, III, e V são verdadeiros.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 3

Marque a opção cujas palavras na frase não estão corretamente acentuadas, de acordo com o novo Acordo Ortográfico.

a) “A única pessoa livre é aquela que não tem medo do ridículo.” (Luiz Fernando Veríssimo)

b) “Amar é ter um pássaro pousado no dedo. Quem tem um pássaro pousado no dedo sabe que, a qualquer momento, ele pode voar” (Rubem Alves)

c) “Não mude por ninguém, mude por você mesmo. Essa é a essência da mudança. Mudar porque queremos progredir e não porque queremos impressionar.” (Sergio Santana)

d) “De todos os infortúnios que afligem a humanidade, o mais amargo é que temos de ter consciência de muito e controle de nada.” (Heródoto)

e) “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.” (Artigo 133 da Constituição Federal)

QUESTÃO 4

Assinalar a alternativa que preenche corretamente as lacunas das seguintes orações:

I. Fui ____ Belém na semana passada.

II. Comprei ____ casa dos meus sonhos.

III. ____ meses tento falar com você.

IV. De 12 ____ 15 de setembro haverá uma festa em Teresina.

V. Minha tia saiu ____ uma hora, mas meu tio pode sair ____ qualquer hora.

a) a - a - há - a - à - à

b) a - à - há - a - à - a

c) a - à - há - a - à - à

d) à - à - à - a - à - a

e) a - há - a - à - à - a

QUESTÃO 5

Leia a canção:

Devolva-me

“Rasgue as minhas cartas

E não me procure mais

Assim vai ser melhor, meu bem!

O retrato que eu te dei

Se ainda tens, não sei

Mas se tiver, devolva-me!

O retrato que eu te dei

Se ainda tens, não sei!

Mas se tiver

Devolva-me!

Devolva-me!

Devolva-me!”

Canção “Devolva-me” interpretada por Adriana Calcanhoto. Compositores: Renato Barros e Lílian Knap. Álbum: Público, 2000.

De acordo com a regra de colocação pronominal, justifique os versos: “E não me procure mais” / Devolva-me”.

a) Usa a ênclise de forma correta. / Usa a próclise de forma incorreta.

b) Usa a próclise de forma incorreta. / Usa a ênclise de forma correta.

c) Não deveria usar próclise. / Não deveria usar a mesóclise.

d) Não deveria usar ênclise. / Não deveria usar próclise.

e) Usa a próclise de forma correta. / Usa a ênclise de forma correta.

QUESTÃO 6

Segundo a Lei Complementar nº 12/93 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí, são órgãos AUXILIARES do MPPI, EXCETO:

- a) Centros de Apoio Operacional;
- b) Centros de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional;
- c) Os estagiários;
- d) A Comissão de Concurso;
- e) O Conselho Superior do Ministério Público.

QUESTÃO 7

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Procuradoria Geral de Justiça, órgão de direção do Ministério Público, será chefiada pelo Procurador Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, dentre os integrantes da carreira, em atividade, e que contarem com um mínimo de dez anos de serviço, indicados em lista tríplice, mediante escrutínio secreto dos membros no efetivo exercício das funções, permitida uma recondução, observando o mesmo procedimento.
- b) A Procuradoria Geral de Justiça, órgão de direção do Ministério Público, será chefiada pelo Corregedor Geral do Ministério Público, nomeado pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, dentre os integrantes da carreira, em atividade, e que contarem com um mínimo de dez anos de serviço, indicados em lista tríplice, mediante escrutínio secreto dos membros no efetivo exercício das funções, permitida uma recondução, observando o mesmo procedimento.
- c) A Procuradoria Geral de Justiça, órgão de direção do Ministério Público,

será chefiada pelo Procurador Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, dentre os integrantes da carreira, em atividade e inatividade, e que contarem com um mínimo de dez anos de serviço, indicados em lista tríplice, mediante escrutínio secreto dos membros no efetivo exercício das funções, permitida uma recondução, observando o mesmo procedimento.

d) A Procuradoria Geral de Justiça, órgão de direção do Ministério Público, será chefiada pelo Ouvidor Geral do Ministério Público, nomeado pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, dentre os integrantes da carreira, em atividade, e que contarem com um mínimo de dez anos de serviço, indicados em lista tríplice, mediante escrutínio secreto dos membros no efetivo exercício das funções, permitida uma recondução, observando o mesmo procedimento.

e) A Procuradoria Geral de Justiça, órgão auxiliar do Ministério Público, será chefiada pelo Procurador Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, dentre os integrantes da carreira, em atividade, e que contarem com um mínimo de dez anos de serviço, indicados em lista tríplice, mediante escrutínio secreto dos membros no efetivo exercício das funções, permitida uma recondução, observando o mesmo procedimento.

QUESTÃO 8

São vedações impostas a membros do Ministério Público, conforme disposto na Constituição Federal/88, EXCETO:

a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.

- b) exercer a advocacia.
- c) participar de sociedade comercial, na forma da lei.
- d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, inclusive a de magistério, em qualquer hipótese.
- e) exercer atividade político-partidária.

QUESTÃO 9

Analise V ou F para as afirmações abaixo, sobre as funções institucionais do Ministério Público, e após marque a alternativa CORRETA correspondente.

I - É função institucional do Ministério Público, promover, subsidiariamente, a ação penal pública, na forma da lei.

II - É função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.

III - É função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

IV - É função institucional do Ministério Público nunca exercer o controle externo da atividade policial, pois esta função somente cabe às chefias de polícia federal e estadual.

V - É função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva.

Marque a alternativa CORRETA, correspondente à análise das questões anteriores:

- a) F, V, V, F, V.
- b) V, V, V, F, V.
- c) F, F, F, V, V.
- d) V, V, V, F, F.
- e) F, V, V, V, F.

QUESTÃO 10

Constituem prerrogativas dos membros do MP, conforme Lei Complementar nº12/93, EXCETO:

a) ser ouvido, como testemunha ou ofendido, em qualquer processo ou inquérito, em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade competente.

b) não ser preso, nem por ordem judicial escrita, nem em flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade fará, no prazo máximo de vinte e quatro horas, a comunicação e apresentação do membro do Ministério Público e a remessa dos autos ao Corregedor Geral do Ministério Público para adoção do processo disciplinar.

c) receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, através da entrega dos autos com vistas.

d) usar vestes talares e as insígnias privativas do Ministério Público.

e) ingressar e transitar livremente nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, tabelionatos, escritórios de justiça, inclusive dos registros públicos, delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva.

GRUPO II - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (DIREITO)

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa correta:

- a) A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.
- b) A autodeterminação dos povos constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- c) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou indiretamente.
- d) É livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato.
- e) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, em qualquer caso.

QUESTÃO 12

No que tange à vedação da cassação de direitos políticos, sua perda ou suspensão somente se dará nos seguintes casos, exceto:

- a) Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- b) Improbidade administrativa, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- c) Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- d) Incapacidade civil absoluta.
- e) Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, salvo por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica.

QUESTÃO 13

Ainda quanto aos direitos políticos, assinale a alternativa correta:

- a) São inelegíveis os alistáveis e os analfabetos.
- b) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- c) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de dez dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- d) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se à eleição que ocorra no mesmo ano da data de sua vigência.
- e) Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.

QUESTÃO 14

Compete aos Municípios, exceto:

- a) Prestar, com a cooperação técnica e

financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.

b) Explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissões serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens.

c) Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

d) Legislar sobre assuntos de interesse local.

e) Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.

QUESTÃO 15

Quanto à disciplina constitucional da administração pública, assinale a alternativa incorreta:

a) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

b) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

c) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira.

d) As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

e) Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual poderá prescindir de exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, sob prévia justificativa do pregoeiro.

QUESTÃO 16

São funções institucionais do Ministério Público, exceto:

a) Zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.

b) Exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior.

c) Promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição.

d) A orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em

todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

e) Exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

QUESTÃO 17

Assinale a opção incorreta:

a) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de forma descentralização, com direção única em cada esfera de governo.

b) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivo o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

c) O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

d) O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

e) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, “ad referendum” do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após

deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

QUESTÃO 18

Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça (S.473/STJ) “a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”. Nesse sentido, o Excelso Tribunal está a afirmar que, exceto:

a) A revisão dos atos emanados pela Administração, em caso de vício de ilegalidade declarando-o nulo, importa também o de revogar o ato por motivo de conveniência e oportunidade.

b) A súmula em questão se não se trata do reforço ao poder de autotutela administrativa conferido ao Estado-administração.

c) O entendimento sumulado está implicitamente reforçando que a invalidade (nulidade) dos atos por vício original, com seu desfazimento com efeito ex tunc, decorre do fato de que deles não se originam direito.

d) Em se tratando de revogação os efeitos são ex nunc, uma vez que atingem ato administrativo legítimo.

e) Quando da anulação de ato administrativo é possível, em alguns casos específicos, a mitigação de seus efeitos ex tunc, como no caso de terceiros de boa-fé que podem ser poupados dos efeitos retroativos, com respaldo na teoria do fato consumado ou na segurança jurídica.

QUESTÃO 19

Como forma de garantia aos princípios da proteção à boa-fé e segurança jurídica no sistema de direito administrativo brasileiro, a doutrina, acompanhada pela jurisprudência moderna, criou a estabilização dos efeitos de determinados atos administrativos. Tal instituto representa:

- a) O reforço à formação e desenvolvimento da noção de Estado Democrático.
- b) Que nenhum dos princípios inerentes à atuação administrativa deve ser considerado de forma absoluta, exceto quanto ao princípio da legalidade.
- c) Que deve ser considerado, em situações de retirada do ato com efeitos retroativos, mesmo quando não ensejar prejuízos aos cidadãos atuando de boa-fé.
- d) Que até mesmo o princípio da legalidade deve admitir ponderação para garantia dos demais princípios e da busca do interesse público.
- e) Que em algumas situações devem ser mantidos todos os efeitos produzidos pelo ato, exceto quando for ato que sofra de nulidade insanável.

QUESTÃO 20

O regime jurídico administrativo corresponde ao conjunto de prerrogativas e sujeições aplicáveis à Administração Pública e expressa-se sob a forma de princípios de Direito Público, bem ainda pelos poderes outorgados à Administração, entre os que se insere o poder normativo ou regulamentar, que:

- a) se traduz no poder de expedir normas gerais, incluindo a edição de leis, já que uma de suas características é o efeito erga omnes.

b) não pode ser contra legem sob pena de invalidação, nesse sentido.

c) tem sempre por base o conteúdo da lei, podendo, em alguns casos, criar direitos e extingui-los.

d) a supremacia da lei encontra-se óbice nos atos administrativos normativo por serem estes fonte primária e superior.

e) dentro da estrutura organizacional do Estado, inexistente a possibilidade de se estipular regras gerais e abstratas.

QUESTÃO 21

As modalidades ordinárias de testamento previstas em nosso ordenamento jurídico são:

- a) testamento conjuntivo, místico e eletrônico.
- b) testamento particular e público.
- c) testamento ordinário, particular e público.
- d) testamento particular, público e cerrado.
- e) testamento eletrônico, público e particular.

QUESTÃO 22

São efeitos da morte da pessoa natural:

- a) a emancipação tácita dos herdeiros e sucessores menores.
- b) extinção do poder familiar e a dissolução da sociedade conjugal.
- c) extinção da associação a que pertencia a pessoa falecida e abertura de sucessão provisória.
- d) dissolução da associação a que pertencia a pessoa falecida e a extinção

do poder familiar.

e) abertura de sucessão provisória e a extinção da sociedade conjugal.

QUESTÃO 23

Considerando o Código Civil e a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

a) Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

b) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.

c) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, salvo quando não haja intenção difamatória.

d) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.

e) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.

QUESTÃO 24

Se, com o consentimento expresso do credor, terceiro solvente assumir a obrigação do devedor, ficando este exonerado, estará configurada a:

a) sub-rogação.

b) novação.

c) remissão.

d) assunção de dívida.

e) transação.

QUESTÃO 25

De acordo com o Código Civil, o casamento de quem ainda não atingiu dezesesseis anos de idade é:

a) proibido, em qualquer hipótese.

b) permitido, de forma excepcional, somente para a finalidade de evitar imposição ou cumprimento de pena criminal.

c) permitido, de forma excepcional, somente na hipótese de gravidez.

d) autorizado apenas na hipótese de gravidez ou na situação que tenha a finalidade de evitar imposição ou cumprimento de pena criminal, desde que haja expressa concordância de ambos os pais ou representantes legais do(a) menor.

e) autorizado em qualquer hipótese em que haja expressa concordância de ambos os pais ou representantes legais do(a) menor.

QUESTÃO 26

Considere a sistemática processual no que tange às ações de família e às funções institucionais conferidas ao Ministério Público:

I. O Ministério Público sempre intervirá quando houver interesse de incapaz, sendo o ele parte ou não no processo.

II. O Ministério Público intervirá nos processos contenciosos, existindo ou não interesse de incapaz.

III. O Ministério Público, a despeito de não figurar incapaz em um dos polos da ação, intervirá se houver como parte vítima de violência doméstica e familiar.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) III.
- b) I.
- c) I e II.
- d) II.
- e) I e III.

QUESTÃO 27

Aquele que ingressa numa causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, sem defender direito próprio, atua no processo como:

- a) assistente litisconsorcial.
- b) amicus curiae.
- c) assistente.
- d) coobrigado.
- e) litisdenunciante.

QUESTÃO 28

Antônia, civilmente capaz, inconformada com as fartas provas das agressões que sua filha Maria sofre de seu genro Paulo, com quem Maria é casada, propõe ação de divórcio em face deste, por intermédio de seu procurador constituído nos autos, para dissolver o casamento de sua filha. Nesse cenário, é correto afirmar que:

- a) Antônia tem legitimidade ordinária para a propositura da ação de divórcio;
- b) Antônia tem legitimidade extraordinária para a propositura da ação de divórcio;
- c) falta uma das condições para o legítimo exercício do direito de ação;
- d) falta a capacidade postulatória para que Antônia ajuíze a ação de divórcio;
- e) o juiz deve julgar desde logo proce-

dente o pedido, uma vez que há provas do fato;

QUESTÃO 29

Assinale a alternativa correta segundo o Código de Processo Civil.

- a) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, exceto quanto à atividade satisfativa.
- b) O Ministério Público será intimado para, no prazo de quinze dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei.
- c) A participação da Fazenda Pública configura hipótese de intervenção do Ministério Público.
- d) No chamamento ao processo, a citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de quinze dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.
- e) Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de cinco dias, retratar-se.

QUESTÃO 30

No que concerne às funções do Ministério Público no processo civil, assinale a opção correta.

- a) A curatela especial deve ser exercida, prioritariamente, pelo Ministério Público.
- b) A intervenção do Ministério Público é obrigatória nos casos em que a fazenda pública seja parte ou interessada na lide.
- c) O membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsá-

vel quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.

d) O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, salvo os decorrentes da prestação de serviço público.

e) A incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que ele atuar.

QUESTÃO 31

A presunção de veracidade decorrente da revelia processual é:

a) absoluta em matéria patrimonial e relativa quando se referir a direitos indisponíveis.

b) absoluta e diz respeito à matéria de fato e de direito.

c) relativa e diz respeito somente à matéria de direito.

d) absoluta, mas diz respeito apenas à matéria de direito.

e) relativa e diz respeito somente à matéria fática.

QUESTÃO 32

Segundo Howard Zehr (in Justiça Restaurativa: teoria e prática. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2012, p. 54), a “Justiça Restaurativa é uma abordagem que visa promover justiça e que envolve, tanto quanto possível, todos aqueles que têm interesse numa ofensa ou dano específico, num processo que coletivamente identifica e trata os danos, necessidades e obrigações decorrentes da ofensa, a fim de restabelecer as pessoas e endireitar as coisas na medida do possível”. Acerca da Justiça Restaurativa,

assinale a alternativa incorreta:

a) São exemplos de práticas restaurativas: o encontro vítima-ofensor, os círculos familiares e os círculos de construção de paz.

b) As práticas restaurativas serão coordenadas por facilitadores restaurativos capacitados em técnicas autocompositivas e consensuais de solução de conflitos próprias da Justiça Restaurativa, podendo ser servidor do tribunal, agente público, voluntário ou indicado por entidades parceiras;

c) São princípios que orientam a Justiça Restaurativa: a corresponsabilidade, a reparação dos danos, o atendimento às necessidades de todos os envolvidos, a informalidade, a voluntariedade, a imparcialidade, a participação, o empoderamento, a consensualidade, a confidencialidade, a celeridade e a urbanidade.

d) É condição fundamental para que ocorra a prática restaurativa, o prévio consentimento, livre e espontâneo, de todos os seus participantes, assegurada a retratação a qualquer tempo, até a homologação do procedimento restaurativo.

e) Não compete aos Tribunais de Justiça implementar programas de Justiça Restaurativa, tendo em vista o princípio da inércia da jurisdição, sendo tal atribuição exclusiva do Ministério Público e da Defensoria Pública.

QUESTÃO 33

Sobre a mediação, assinale a alternativa correta:

a) O termo final de mediação, na hipótese de celebração de acordo, constitui título executivo extrajudicial e, quando homologado judicialmente, título executivo judicial.

b) O mediador não poderá reunir-se com as partes separadamente, sob pena de quebra da imparcialidade.

c) As partes não podem escolher o mediador, que deverá ser designado necessariamente pelo tribunal.

d) Na mediação, as partes não poderão ser assistidas por advogados ou defensores públicos, sob pena de interferência indevida na voluntariedade.

e) A mediação não pode ser regida conforme a livre autonomia dos interessados, vez que as regras procedimentais devem ser necessariamente aquelas previstas no Código de Processo Civil.

QUESTÃO 34

No que diz respeito aos meios adequados de resolução de conflitos e da justiça multiportas, assinale a alternativa correta:

a) Na conciliação, o conciliador auxiliará os interessados na compreensão das questões e dos interesses em conflito, de modo que possam, por si próprios, mediante o restabelecimento da comunicação, identificar soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.

b) Na mediação, o mediador poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem.

c) Não é possível realizar a conciliação pré-processual, ligada ao Poder Judiciário, sem processo judicial em andamento.

d) A mediação e a conciliação podem ser realizadas como trabalho voluntário, observada a legislação pertinente e a regulamentação do tribunal.

e) O membro do Ministério Público não poderá realizar mediação, pois o seu papel processual é de apenas ser custos legis.

QUESTÃO 35

A, prestes a se tornar funcionário público, exige de B o pagamento da quantia de dois mil reais, prometendo-lhe que, uma vez assumidas suas funções, irá privilegiá-lo para que seu processo tenha tramitação mais rápida. A responderá pelo crime de:

a) corrupção passiva;

b) concussão;

c) tráfico de influência;

d) exercício funcional ilegalmente antecipado;

e) prevaricação.

QUESTÃO 36

Analise a situação abaixo, retirado da obra Dom Casmurro - Machado de Assis - episódio em que Bentinho deposita veneno na xícara do café de Ezequiel.

“Se eu não olhasse para Ezequiel, é provável que não estivesse aqui escrevendo este livro, porque o meu primeiro ímpeto foi correr ao café e bebê-lo. Cheguei a pegar a xícara, mas o pequeno beijava-me a mão, como de costume, e a vista dele, como o gesto, deu-me outro impulso que me custava dizer aqui: mas vá lá, diga-se tudo. Chamem-me embora assassino; não serei eu que os desdiga ou contradiga; o meu segundo impulso foi criminoso. Inclinei-me e perguntei a Ezequiel se já tomara café.

- Já papai, vou à missa com a mamãe.

- Toma outra xícara, mais só.
- E papai?
- Eu mando vir mais, anda, bebe!

Ezequiel abriu a boca. Cheguei-lhe a xícara, tão trêmulo que quase a entornei, mas disposto a fazê-la cair pela goela abaixo, caso o sabor lhe repugnassem, ou a temperatura, porque o café estava frio... Mas não sei o que senti que me fez recuar. Pus a xícara em cima da mesa, e dei por mim a beijar doidamente a cabeça do menino.

- Papai, papai, reclamava Ezequiel.
- Não, não, eu não sou teu pai!"

Na hipótese, a ação de Bentinho configura:

- a) arrependimento posterior.
- b) arrependimento eficaz.
- c) tentativa de homicídio.
- d) desistência voluntária.
- e) homicídio culposo.

QUESTÃO 37

Sobre as excludentes de ilicitude, podemos afirmar, EXCETO:

- a) A legítima defesa pode ser real ou putativo.
- b) O estado de necessidade pressupõe sempre uma situação de perigo, atual ou iminente.
- c) O estado de necessidade pode ser real ou putativo.
- d) O erro de proibição é uma excludente de ilicitude.
- e) A legítima defesa sempre pressupõe uma agressão, atual ou iminente.

QUESTÃO 38

Sobre o que dispõe a Lei 11340/06 – Lei Maria da Penha, podemos afirmar, EXCETO:

- a) É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados.
- b) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

c) É permitida a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

d) Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

e) A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público.

QUESTÃO 39

Em relação ao tempo, a aplicação da lei penal brasileira rege-se pelo princípio:

- a) (___) da irretroatividade, se for nova-

- b) (___) da retroatividade, se for novatio legis incriminadora;
- c) (___) da irretroatividade, se for abolitio criminis;
- d) (___) da irretroatividade, se for novatio legis in melius.

QUESTÃO 40

Marque a alternativa CORRETA, conforme disposto no Código Penal:

- a) Nem sempre a morte do agente é causa de extinção da punibilidade.
- b) A prescrição penal se interrompe com o oferecimento da denúncia, mas nunca se interrompe com a decisão de pronúncia.
- c) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade, pela prescrição, incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.
- d) As penas mais leves nunca prescrevem com as mais graves.
- e) São reduzidos de um terço os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.

QUESTÃO 41

Em relação ao princípio da duração razoável do processo, é correto afirmar que a análise da indevida ou excessiva duração depende do(a):

- a) soma aritmética dos prazos processuais;
- b) passagem de noventa dias sem reavaliação judicial;
- c) análise dos prazos previstos em lei, de maneira global;
- d) princípio da razoabilidade e das pe-

culiaridades do caso;

e) análise dos prazos previstos em lei, de maneira individual.

QUESTÃO 42

Quanto à compatibilidade da prisão preventiva com a presunção de inocência, é correto afirmar que:

- a) pode assumir a natureza de antecipação da pena;
- b) pode decorrer da natureza abstrata do crime;
- c) deve apoiar-se em fatos novos ou contemporâneos;
- d) deve decorrer automaticamente do ato processual praticado;
- e) deve apoiar-se em condições pessoais desfavoráveis.

QUESTÃO 43

O princípio Nemo tenetur se detegere é um dos princípios fundamentais do Processo Penal brasileiro. Tal princípio estabelece que:

- a) Ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo.
- b) O Processo Penal se pauta na busca da verdade real dos fatos.
- c) São inadmissíveis, no Processo Penal, as provas obtidas por meios ilícitos.
- d) Todas as pessoas têm direito ao conhecimento prévio do teor da acusação.
- e) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença condenatória.

QUESTÃO 44

Durante uma fiscalização de rotina ocorrida em Luiz Correia, AHAB, pescador, civil, condutor de uma embarcação, apresenta uma Carteira de Habilitação de Arrais-Amador falsa. Considerando que houve falsificação de documento cuja emissão compete à Marinha do Brasil AHAB deverá ser julgado criminalmente:

- a) pela Justiça Federal comum
- b) pela Justiça Militar da União.
- c) pela Justiça Estadual comum.
- d) pela Justiça Militar Estadual.
- e) pelo Tribunal Marítimo.

QUESTÃO 45

O Inquérito policial tem como finalidade, EXCETO:

- a) apurar a materialidade do crime.
- b) apurar a autoria do crime
- c) colher elementos para informar o titular da ação penal.
- d) formar a convicção do juiz e fundamentar sua decisão, de forma exclusiva.
- e) subsidiar a decretação de medidas cautelares.

QUESTÃO 46

Quanto à ação penal, assinale a alternativa correta.

- a) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação penal privada, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

b) Nos crimes que se processa por ação penal pública condicionada, a representação será retratável, depois de oferecida a denúncia, exclusivamente por declaração escrita da vítima ou por procurador com poderes especiais.

c) Quando, em autos ou papéis de que conhecerem, os juízes ou tribunais verificarem a existência de crime de ação privada, determinarão a extração de cópias e a intimação da vítima para que exerça o direito de queixa.

d) O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

e) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará às pessoas mencionadas no art. 31, do Código de Processo Penal (ascendente, descendente, cônjuge ou irmão), tendo preferência dentre eles o ascendente (art. 36, Código de Processo Penal).

QUESTÃO 47

Acerca da Lei n. 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha (LMP), assinale a alternativa correta:

a) A Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06) permite a aplicação da Lei dos Juizados Especiais (Lei n. 9.099/95) aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista.

b) O crime de lesão corporal simples praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino é condicionada à representação da vítima.

c) Os requerimentos de medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06) são regidos pelo Código de Processo Civil e possuem natureza de cautelar cível satisfativa, não se exigindo instrumentalidade a

outro processo cível ou criminal.

d) O juiz criminal, ao constatar a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, não poderá fixar a prestação de alimentos provisionais ou provisórios, por não deter a competência específica.

e) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata a LMP, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do oferecimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

QUESTÃO 48

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069/90, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e prevê, como medidas socioeducativas, exceto:

- a) Advertência
- b) Liberdade assistida
- c) Prestação de serviços à comunidade
- d) Internação em estabelecimento educacional
- e) Acolhimento institucional

QUESTÃO 49

Incumbe ao Ministério Público:

I) Instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos do idoso.

II) Realizar audiência virtual extrajudicial para averiguar indícios de lesão ao direito à educação inclusiva em escola pertencente à rede municipal de Edu-

cação.

III) Promover a revogação de instrumento procuratório do idoso, por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento, quando necessário ou o interesse público justificar.

IV) Ajuizar ação de interdição, para promover a curatela da pessoa com deficiência, quando necessário, nos termos da lei.

- a) Todas estão corretas.
- b) Todas estão incorretas.
- c) Apenas II e III estão corretas.
- d) Apenas I, II, e IV estão corretas.
- e) Apenas II está incorreta.

QUESTÃO 50

Assinale a alternativa incorreta:

a) A promoção de arquivamento do Inquérito Civil Público será submetida a exame e deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispuser o seu Regimento.

b) São interesses ou direitos coletivos aqueles entendidos como os decorrentes de origem comum.

c) Não se configura improbidade administrativa a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, sendo necessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente.

d) O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham o integral ressarcimento do dano e a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.

e) O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis.